

O BASILEUS E SEU EXÉRCITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O “RITUAL DE ACLAMAÇÃO” E A NATUREZA DO PODER MONÁRQUICO HELENÍSTICO

*Henrique Modanez de Sant’Anna*¹

Introdução

Em 1985, Gruen² enfatizou com razão a caracterização comum da realeza helenística como “pessoal” ou “carismática”. De fato, na autoridade carismática, a validade das pretensões à legitimidade repousa, como disse Weber, “na devoção à santidade excepcional, ao heroísmo, ou caráter exemplar de um indivíduo”³. Weber também sustentou que, em circunstâncias por ele consideradas primitivas, este tipo peculiar de qualidade – o caráter extraordinário de um líder – deve ter sido baseado em poderes mágicos, provenientes de profetas, líderes na caça ou heróis de guerra. Deixando de lado quaisquer julgamentos estéticos, os quais Weber classificou como pouco importantes para fins de definição, as questões que permanecem de fato importantes – e para as quais pretendo dar explicações no que respeita à realeza helenística – são: (1) como o indivíduo é encarado por aqueles sujeitos à sua autoridade carismática; (2) como o problema da sucessão é superado.

No caso da realeza helenística, prova e sucesso militar asseguravam, em conjunto, o poder monárquico pelo menos na primeira geração de reis; se o rei autoproclamado falhasse em beneficiar seus seguidores, fracassando na sua apresentação como generoso ou competente, era provável que sua autoridade carismática se esgotasse. Se fosse bem sucedido, no entanto, em algum momento de sua carreira teria que estabelecer critérios para a sucessão. De fato, como observado por Gehrke, alguns reis mostraram-se capazes de mudar radicalmente a natureza puramente transitória de seu poder por meio do estabelecimento de princípios dinásticos que se fizeram legítimos para aqueles sujeitos à sua autoridade⁴.

O rei e seu exército

Em uma perspectiva mais ampla, reis helenísticos dependiam largamente (ainda que não apenas) de suas forças militares. Em outras palavras, quando começamos a considerar a “obediência de pelo menos certos comandos específicos por um grupo de pessoas” como parte da definição weberiana de dominação, é inevitável identificar parte deste grupo (abstratamente falando) nos primórdios da monarquia helenística como os exércitos à disposição dos reis. Outros membros do círculo

¹ Doutor em História pela Universidade de Brasília e Professor Adjunto de História Antiga na mesma instituição. Fellow in Hellenic Studies do Harvard CHS, 2012-2013. Email: <modanez@unb.br>.

² GRUEN, E. “The coronation of the Diadochoi”. In: EADIE, J.W. & OBER, J. (orgs.). *Essays in honor of Ch. G. Starr*. Lanham, EUA & Londres: University Press of America, 1985, p. 256.

³ WEBER, M. *Economy and society*. Berkeley: University of California Press, 1978, p. 214.

⁴ GEHRKE, H.-J. “Der siegreiche König. Überlegung enzurhellenistischen Monarchie”. *Archiv für Kulturgeschichte*, n. 64, 1982, p. 268.

de amigos (*philoí*) do rei incluíam “conselheiros, professores dos príncipes, boa companhia na caça e companheiros de bebida, governadores de distritos e províncias, e embaixadores”, como colocado por Angelos Chaniotis, baseado em Savalli-Lestrade⁵.

Alguns estudiosos (a exemplo de Gruen e Chaniotis) interpretaram a vagueza intencional do título real como um convite à conquista, uma vez que a ausência de um nome étnico (“rei dos macedônios”, por exemplo) indicava que o rei não estava exclusivamente vinculado a um território em particular. Estamos falando de reis de quaisquer terras que fossem capazes de conquistar, como demonstrado nas muitas tentativas imperialistas para tomar o poder em todo o Mediterrâneo. Após Antígono ter lançado um precedente na justificativa da realeza por meio de uma grande vitória militar (Salamina, no caso de Antígono e Demétrio, seu filho), vários reis autoproclamados seguiram o exemplo. Tendo tomado o poder pela força, esses conquistadores considerariam seus exércitos como uma das principais audiências para a sua dignidade autoproclamada.

Visto que a realeza helenística estava em parte enraizada em tradições macedônicas (além de egípcias e persas), torna-se importante considerar também o significado do chamado “ritual de aclamação”. A aclamação de um rei por uma assembleia do exército macedônico pode ter ocorrido na Macedônia pré-helenística (como fontes posteriores sugerem), quando os soldados supostamente desempenhavam um papel mais constitucional na assembleia; em tempos helenísticos, o ritual certamente se espalhou pelo império que Alexandre tinha criado.

Obviamente, a aclamação permaneceu comum na Macedônia depois da morte de Alexandre (note-se, por exemplo, a ascensão de Pirro como rei dos macedônios em 288 a.C.), mas podia naquele momento ser também encontrada em todos os cantos do mundo helenístico. A melhor evidência para o ritual de aclamação em regiões helenísticas que não a Macedônia é aquela relacionada à ascensão do infante Ptolomeu V, em 204 a.C., visto que esclarece a composição do exército reunido em assembleia, bem como seu poder para decidir a quem a coroa deveria ser dada:

Agátocles convocou antes de mais nada os soldados do regimento macedônio para uma reunião, à qual compareceu juntamente com o jovem rei e Agatocleia. Inicialmente ele procurou dar a impressão de não poder dizer o que desejava por causa das lágrimas abundantes que derramava, mas após enxugar os olhos muitas vezes com o seu manto e conter o pranto tomou a criança pelas mãos e exclamou: ‘Recebi a criança que seu pai no leito de morte pôs nos braços desta mulher’ (nesse momento ele apontou para a sua irmã) ‘e confiou à vossa lealdade, soldados macedônios! O devotamento desta mulher pouco vale para garantir-lhe a segurança, e o seu destino

⁵ CHANIOTIS, A. *War in the Hellenistic World: a social and cultural history*. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2005, p. 64.

está agora em vossas mãos. Com efeito, há muito tempo tornou-se evidente para os homens o discernimento que Tlepolemos aspira a uma posição mais alta que a compatível com a sua capacidade, e agora ele fixou o dia e a hora em que irá cingir o diadema.⁶

A importância dos exércitos helenísticos no ritual de aclamação era tamanha que Agátocles (que autoproclamou-se rei como os Diádocos em 306 a.C.) apareceu em trajes reais pela primeira vez perante suas tropas mercenárias na campanha africana, o que tem sido proposto como o início de uma alteração que culminou em sua realeza autoproclamada. Ainda sobre Agátocles, é digno de nota o fato de Ofelas (para quem Agátocles tinha enviado Ortão, o siracusano, como embaixador) ser bastante ambicioso (como sugerido por Diodoro), pois na ocasião ele já havia se assenhoreado de Cirene e de um poderoso exército. Além disso, ainda segundo Diodoro (20.40), Agátocles planejava deixar a Líbia para Ofelas enquanto ele próprio dominaria a Sicília e a Itália.

A necessidade de um exército era em parte justificada pelos impulsos imperialistas dos reis helenísticos, e havia um forte vínculo com a idéia de empregar forças militares para exercer dominação sobre “terras conquistadas pela lança”, como as fontes chamam os territórios militarmente incorporados às aquisições pessoais de um monarca.

Bikerman, por exemplo, afirma que os selêucidas nunca se cansaram de dizer que a dominação que exerciam estava baseada no direito da conquista, retomando para isso as palavras que Diodoro atribuiu a Seleuco I logo após a batalha de Ipsos (301 a.C.): “foi apenas justo que os vitoriosos se apropriassem dos espólios”⁷. O historiador lembra também os pensamentos que Antíoco IV supostamente teria tido enquanto se via às voltas com a defesa do território herdado de seu pai: “a posse pela força das armas era a mais certa e a melhor”.

O direito da conquista, entretanto, não se aplicava incondicionalmente. Além das inúmeras maneiras pelas quais as propriedades podiam ser asseguradas, há a questão de delimitar quem possuía um apelo legítimo sobre determinado território. De acordo com Chaniotis, o apelo dependeria “do momento histórico que tinha sido determinado como a base para a discussão”. Por exemplo, Ptolomeu II, “que, como um bom rei”, nas palavras do poeta de corte Teócrito (17.95), “ligava profundamente para a preservação de sua herança paterna”, não aceitaria outro rei como sendo tão legítimo quanto ele próprio no Egito, porque seu governo estava baseado em uma vitória militar prévia obtida por Ptolomeu I e no estabelecimento de um poder hereditário.

Outro caso similar é o envolvendo Antíoco em relação ao território previamente subjogado por Filipe V, quando os romanos lhe pediram para se retirar do território que eles tinham acabado de tomar de Filipe. De acordo com Políbio (18.49-51), Antíoco estava fazendo uso de seu direito em sua tentativa de reconquistar o território exigido pelos romanos, visto que em tempos mais remotos Seleuco “vencera o

⁶ POLÍBIO, *Histórias*, 15.26.1-4.

⁷ BIKERMAN, E. *Institutions des Séleucides*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1938, p. 15.

reino inteiro de Lisímaco pela lança”, antes de Ptolomeu e Filipe se aproveitarem do fato de que os ancestrais de Antíoco “tiveram sua atenção direcionada para outro lugar”. Portanto, Antíoco mudou a ocasião que assegurava a dominação legítima sobre o território pretendido, mas não questionou o princípio em si.

A ascensão dos reis helenísticos dependia, basicamente, do domínio sobre um exército profissional, mas sua relação com os soldados não terminava ali. Havia expectativas mútuas que tinham que ser satisfeitas durante suas vidas. Em outras palavras, um “bom rei” poderia contar com um serviço militar confiável e eficiente, ao passo que um rei incompetente e vencido em batalha teria que lidar com motins e deserções – algumas vezes como resultado de subornos. Em contrapartida, reis prometeriam todos os tipos de recompensas, tais como ganhos materiais e promoções.

Com isto em mente, podemos agora analisar uma pequena seleção (o juramento feito pelos soldados) de uma inscrição relacionada a Eumenes e seus mercenários (ca. 260 a.C.):

Juro [...] que permanecerai com Eumenes, filho de Filetairo, pelas melhores razões, e que terei boa vontade com ele e sua prole, e que não conspirarei contra Eumenes, filho de Filetairo, nem pegarei em armas contra ele ou desertarei, mas que lutarei por ele e por seu reino/Estado pelo tempo que viver e até a minha morte. E juro que providenciarei outro serviço [que me for solicitado] com boa vontade e sem hesitação, com todo o zelo e com o máximo de minha habilidade; e que se eu perceber qualquer um conspirando contra Eumenes, filho de Filetairo, ou agindo contra ele e seu reino, não permitirei, fazendo uso de toda a minha habilidade, que leve adiante seus planos e denunciarei, tão rapidamente quanto me for possível, aquele que conspira contra Eumenes. Juro que não aceitarei cartas do inimigo, e que não receberei embaixadores nem enviarei nenhum a eles, mas se eu romper com o juramento ou transgredir qualquer um desses acordos, que eu seja amaldiçoado.⁸

Enfrentado com essa revolta mercenária em algum momento entre 263 e 241 a.C., Eumenes I frustrou as expectativas dos revoltosos após quatro meses ao fazer concessões, tais como o pagamento pelo tempo que os soldados haviam servido, mesmo aqueles que não mais serviam no exército. Inscritas em quatro estelas ou monólitos (uma delas enviada à Pérgamo, para o santuário de Atena), contém os juramentos feitos por Eumenes e os soldados – um dos melhores exemplos das expectativas mútuas entre o soberano e seus súditos armados em fontes helenísticas. O caso de Eumenes possui também importância porque permite o entendimento de que ele e outros reis helenísticos provavelmente compartilhavam as mesmas expectativas com relação às suas tropas mercenárias.

⁸ BAGNALL, R. S. & DEROW, P. S. *Greek historical documents: the Hellenistic period*. Chicago, EUA: Scholars Press, 1981, p. 266.

Se as gerações de reis helenísticos (principalmente do chamado “período de estabilidade”, 276-221 a.C.) que tentaram gerar identificação com tradições locais estavam considerando seus exércitos como uma de suas audiências pretendidas, uma questão fundamental deve ser levantada: qual seria a composição dos seus exércitos? O elemento grego/macedônio certamente não pode ser ignorado, especialmente nos tempos mais recuados, da mesma forma que o elemento nativo, mesmo se se considerar a primeira metade do século III a.C. Nas palavras de Musti, ele próprio baseado em Políbio (5.79):

Desde o início, o reino selêucida deve ter disposto de forças mistas, o que significa dizer exércitos com uma composição marcada por elementos locais, retirados especialmente de regiões cujas estruturas sociais envolviam e encorajavam tradições militares fortes, regiões habitadas ou ao menos dominadas por tribos guerreiras. Assim, em 217 a.C., além da falange de 20.000 homens (especialmente gregos e macedônios), o exército de Antíoco III compreendia um núcleo de 5.000 iranianos e cilicianos, 10.000 nativos armados à maneira macedônica, 2.000 persas e arqueiros e fundibulários agrarianos, 1.000 trácios, 5.000 medas, distintos do primeiro grupo de iranianos, 10.000 árabes, 5.000 mercenários gregos, 2.500 cretenses, 500 lanceiros lídios e 1.000 cardaces. Esta era a infantaria, dividida, é claro, em infantarias pesadamente levemente armadas. Em seguida, vinha uma forte cavalaria, compreendendo 6.000 cavaleiros e 102 “bestas” (elefantes).⁹

Se ao relato de Políbio (sintetizado por Musti) for dado crédito, esta era a situação do exército selêucida em 217 a.C., não sendo tão diferente (em termos de multiétnicidade) algumas décadas antes. Ao lado do “cenário selêucida”, um grupo de mercenários a serviço dos lágidas recebeu menção em uma inscrição grega na Síria (SEG 27.973), na segunda metade do séc. III a.C. (ou talvez antes). Infelizmente, seu número permanece desconhecido, mas eles eram certamente gregos, o que sugere que naquela época o exército lágida possuía um forte elemento grego. Com efeito, como observado por Lloyd¹⁰, a aquisição do Egito pelos macedônios acompanhou um grande afluxo de gregos como colonizadores.

A partir dessas informações, parece correto concluir que reis helenísticos (ao menos a partir de 270 a.C.) estavam lidando com uma audiência militar mista, que não poderia ser culturalmente satisfeita em sua totalidade. Houve certamente seções do exército para as quais referências às tradições político-religiosas da Babilônia antiga ou do Egito faraônico não tiveram muito significado. Parece também razoável concluir que a combinação de um culto dinástico (e seu impacto sobre como os soldados gregos/macedônios viam seus reis) e a imersão de reis

⁹ MUSTI, D. “Syria and the East”. *CAH*, vol. 7, n. 1, 1984, p. 190.

¹⁰ LLOYD, A. “From satrapy to Hellenistic kingdom: the case of Egypt”. In: LLEWELLYN-JONES, L. & ERSKINE, A. (orgs.). *Creating a Hellenistic world*. Swansea, 2001, p. 83-105.

em tradições monárquicas mais antigas satisfaria ao menos uma grande parcela (ou uma parcela importante) de ambos os elementos (gregos e não-gregos) dessa audiência mista.

O culto dinástico (que não existiu na Macedônia e no reino de Pérgamo) existia principalmente para o benefício das comunidades gregas assentadas em territórios não-gregos, embora tenha incorporado desde cedo muitos traços das tradições locais. Tal era o caso do culto dos *lágidas vivos e mortos* (a casa sagrada dos *lágidas*, ou *hiera oikia*), que remonta ao próprio Alexandre, como lembrado por Walbank¹¹. Referências aos *lágidas* como *synnaioi theoi* (divindades que compartilham templos), provam o impacto desse culto nos templos egípcios. Entre os selêucidas, o culto dinástico começou meramente como um culto privado; aos poucos evoluiu para o culto do “rei e seus ancestrais”, antes de incluir o culto à rainha. Em todos esses casos, havia um grupo de “pessoas sem lugar” (membros da família real e seus amigos, soldados e oficiais) que, ainda de acordo com Walbank, “não mais pertenciam a uma cidade grega com seus deuses e cultos” e que “sentiam a ausência de uma estrutura religiosa necessária para uma vida redonda/ com sentido”. O culto dinástico os serviria muito bem. Passemos agora à identificação dos reis com tradições locais.

Inserindo-se nas tradições locais: a primeira geração de reis

Seleuco I e Ptolomeu I tentaram se representar na medida do possível como Alexandre. Por exemplo, suas representações mostram muitos traços em comum, tais como “o pescoço forte, o maxilar forte e abaulado, as rugas descendo pelos cantos da boca, responsáveis pela expressão severa das faces, e os olhos profundos sob sobrancelhas fortes”. A descrição das representações comumente encontradas para os dois reis supracitados, dada por Fleishcer, não significa que os primeiros reis não estavam preocupados com o consentimento dos governados¹².

Seleuco e Ptolomeu importaram muitos traços da figura de Alexandre, embora eles os tivessem transportado para uma idade mais avançada; as próximas gerações de reis helenísticos procurariam se conectar com seus ancestrais (e por extensão com Alexandre) através do culto dinástico e com o tipo de governante retratado nas tradições locais. É interessante notar que as representações de Ptolomeu III (246-222/1 a.C.) e de Seleuco II (246-226 a.C.) em moedas não portam os mesmos traços que os seus ancestrais; em vez de representar força ou tensão, elas agora os mostram com reserva, quietude e distância, características que teriam mais a ver com o tipo de governante retratado no Egito ou na Mesopotâmia.

Parece-me importante observar que um entendimento com as elites locais era fundamental para criar um corpo político novo e eficiente, no qual uma elite grega/ macedônica estava tentando sobreviver. Lloyd mostrou que uma abordagem historiográfica mais tradicional do Egito helenístico caracterizou sua administração como “uma organização altamente centralizada na qual o poder estava resolutamente e sistematicamente confinado à elite grega/ macedônica,

¹¹ WALBANK, F. W. “Monarchies and monarchic ideas”. *CAH*, vol. 7, n. 1, 1984, p. 98.

¹² FLEISCHER, R. “Hellenistic Royal Iconography on Coins”. In: BILDE, P. et al (orgs.). *Aspects of Hellenistic kingship*, Oakville, EUA: Aarhus University Press, 1996, p. 28-40.

ao passo que os nativos que governavam grupos encontravam-se firmemente subordinados aos seus senhores estrangeiros”. Esta é, sem dúvida, uma noção herdada da experiência europeia de colonialismo e dos modelos dela derivados, mas também “poderosamente reforçada por uma concentração indevida nos papiros gregos de uma área muito atípica, isto é, o Fayum, dando pouca atenção à evidência demótica e ainda menos atenção ao material hieroglífico”. Uma abordagem mais cautelosa, menos focada nos papiros gregos, revelaria, como Manning demonstrou, um sistema de controle mais informal do que centralizado e mais variado regionalmente do que uniformemente disposto¹³.

Assim, podemos concluir que muitas famílias da elite egípcia estavam ainda em evidência em tempos helenísticos, e que suas ambições políticas permaneceram tão grandes quanto antes. Era, portanto, fundamental para um rei lágida, como para a maioria dos reis helenísticos, obter acordos com as elites locais, visto que a necessidade de lidar com famílias da elite ainda confiantes e poderosas no intuito de assegurar estabilidade e legitimidade seria uma preocupação constante em territórios que antes integravam o império macedônico. Os poemas escritos pelo siracusano Teócrito (c. 273 a.C.), muito ativo na corte de Alexandria sob Ptolomeu II, são um bom exemplo dessa estratégia. Compostos sob patrocínio real, esta poesia de corte oficial objetivava legitimar Ptolomeu como governante ao mesmo tempo grego/ macedônio e egípcio, ao fundir concepções macedônicas e egípcias de realeza. De acordo com Heerink, que defende a ideia que acabo de apresentar, Teócrito não apenas associou Ptolomeu com Zeus e os semi-deuses, mas também elaborou inúmeros modos sistemáticos de interpretação grega da ideologia faraônica¹⁴.

O caso descrito ilustra uma parte importante do processo que permitiu a criação de uma dinastia helenística num mundo de realezas autoproclamadas: a introdução de uma dominação legítima que poderia prevalecer por mais de uma geração através do carisma herdado (uma vez que não havia bases legais ou tradicionais para o exercício do poder) e da identificação com algumas tradições locais. Cabe mencionar, por fim, que reis helenísticos não mediram esforços para gerar identificações com tradições locais, seja pela construção de templos, pelo favorecimento de cidades locais ou pela imersão em tradições monárquicas mais antigas.

Conclusão

Como “terras conquistadas pela lança” (como as fontes gostam de apresentar os territórios conquistados pelos reis helenísticos), territórios helenísticos deveriam ser defendidos por seu herdeiro legítimo e general. Se o cenário fosse o ataque em vez da defesa de um território, era obrigação do rei se apresentar como um comandante militar bem sucedido em busca da recuperação da terra perdida ou da

¹³ MANNING, J. “The Hauswaldt Papyri. A Family Archive from Edfu in the Ptolemaic period”. *Demotische Studien*, vol. 12, 1997.

¹⁴ HEERINK, M. “Merging Paradigms: Translating Pharaonic Ideology in Theocritus’ *Idyll 17*”. In: ROLLINGER, R. et al (orgs.). *Interkulturalität in der Alten Welt: Vorderasien, Hellas, Ägypten und die vielfältigen Ebenen des Kontakts*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1997, p. 383-408.

conquista de territórios como um novo Alexandre. Foi essa busca por legitimidade – estabelecer uma associação direta com Alexandre – que motivou Ptolomeu I a arrastar o corpo de Alexandre quando o mesmo estava sendo transportado da Babilônia para a Macedônia e a trazê-lo para o Egito.

Reis helenísticos precisavam emanar o poder de um “herói militar”, mesmo se o seu domínio sobre um território repousasse essencialmente em princípios dinásticos recentemente implantados. Aqui, uma coisa deve ser levada em consideração: tropas precisam ser convencidas da capacidade de liderança de seu general durante uma campanha ou em batalha. O poder de um rei repousava em sua excelência e isto significa ser tão bom general quanto possível ou esperado. Se a capacidade de um general fosse questionada, a reação natural era a desobediência aos seus comandos ou mesmo a deserção, o que para o nosso propósito significa oposição à dominação.

É bastante claro que o regente Perdicas, durante sua invasão do Egito, uma clara tentativa de punir Ptolomeu e reconquistar o cadáver de Alexandre, não foi capaz de lidar com o motim de suas tropas no momento da travessia desastrosa do Nilo¹⁵. Embora Diodoro e Arriano¹⁶ (as nossas fontes para o caso) nos tenham deixado relatos diferentes sobre as razões da sedição, ambos estavam insistindo na mesma ideia. De acordo com Arriano, Perdicas foi duas vezes derrotado, e em outros assuntos tinha se comportado mais arrogantemente do que deveria. Por causa de sua atitude, ele teria sido assassinado por sua própria cavalaria durante uma batalha.

Como uma das principais audiências dos reis autoproclamados, os exércitos helenísticos compartilharam muitas expectativas de curta e de longa duração com seus soberanos. Essas expectativas mútuas, ainda que asseguradas por costume (o patrocínio real) ou juramentos, podiam ser surpreendentemente voláteis. Assim, a reciprocidade tornou-se um aspecto muito importante da realeza helenística. Praticamente todo o tipo de interação entre o rei e outros grupos (incluindo suas tropas) tinha relação com a guerra ou com a ameaça da guerra (um conflito em potencial), e era esperado que o rei, para suprir a expectativa de outros, oferecesse privilégios, ganhos materiais, proteção e paz àqueles que apoiassem o seu governo. Esta não é uma posição de um governante “legal”; em vez disso, é uma posição que poderia ser “inventada”, tendo por base o carisma (a excepcionalidade de um indivíduo e sua capacidade de exercer o poder monárquico por meio de sua condição excepcional).



¹⁵ DIODORO DA SICÍLIA. *Biblioteca História*, 18.36.

¹⁶ ARRIANO. *História dos Sucessores* FGrH 156.

RESUMO

Este artigo objetiva discutir brevemente a natureza do poder monárquico helenístico (dos diádocos ao chamado “período de estabilidade”), enfatizando (a) o exército (comandantes militares e, em menor escala, parte das tropas) como uma das principais audiências dos reis autoproclamados, e (b) a identificação dos reis com tradições monárquicas (político-religiosas) mais antigas.

Palavras Chave: Realeza Helenística; Ritual de Aclamação; Diádocos.

ABSTRACT

This paper aims to briefly discuss the nature of Hellenistic monarchical power from the Diadochi to the so-called “period of stability”. It emphasizes (a) the army (military commanders and, to a less extent, part of the troops) as one of the main intended audiences of self-proclaimed kings, and (b) the royal identification with more ancient monarchical traditions.

Keywords: Hellenistic Kingship; Ritual of Acclamation; Diadochi.

Artigo recebido em 17 set. 2013.

Aprovado em 22 mai. 2014.